

O TRABALHO INFORMAL FEMININO NA REVENDA DE COSMÉTICOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

Edilaine Matos da Silva Vilerá¹

Érik Messias de Moraes¹

João Vitor Rabelo Almeida¹

Júlia Miron Paulino¹

Luciana Gonçalves Platero²

RESUMO: O estudo analisou o trabalho informal feminino na revenda de cosméticos em São José do Rio Preto-SP, buscando compreender as causas e impactos dessa atividade na vida das mulheres. A pesquisa utilizou um questionário fechado, aplicado a 50 revendedoras, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico, as motivações, percepções e desafios enfrentados. Os resultados mostram a predominância de mulheres adultas entre 30 e 49 anos, que consideram a revenda como fonte complementar ou principal fonte de renda. As principais motivações apontadas foram a busca por autonomia financeira, flexibilidade de horários e complementação de renda. Contudo, observou-se que o discurso empresarial de empreendedorismo e empoderamento convive com condições de precarização, ausência de direitos e invisibilidade do trabalho feminino. A maioria das participantes relatou satisfação moderada com o suporte das empresas, embora o retorno financeiro seja considerado suficiente diante dos esforços empregados. Mesmo assim, muitas demonstram intenção de continuidade na atividade e recomendam a revenda a outras mulheres, evidenciando sua relevância econômica e social. A revenda de cosméticos representa, simultaneamente, uma alternativa de inserção produtiva e uma manifestação de desigualdades de gênero, reproduzindo a informalidade e a falta de reconhecimento do trabalho feminino.

Palavras-chave: revenda de cosméticos; trabalho informal; gênero; empreendedorismo feminino; precarização do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada por diversas transformações, dentre elas o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que passaram a desempenhar um papel de maior amplitude no que diz respeito às relações sociais que englobam gênero e trabalho (Pinto, 2007 *apud* Ribeiro; Jesus, 2016). Entretanto, a mão de obra feminina, apesar de ter seu espaço ampliado, passou a ser subutilizada, ocupando cargos mais inferiores, com baixa remuneração e sem oportunidades de crescimento profissional (Ribeiro; Jesus, 2016).

Em meio a tantas contradições capitalistas, a reformulação dos processos produtivos impulsionou a precariedade e conferiu ao mercado de trabalho características de informalidade e desvalorização. Nesse cenário, as mulheres foram as mais impactadas,

¹ Graduando(a) do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

² Professora orientadora do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

continuando, em pleno século XXI, em posição de vulnerabilidade em relação a empregos desvalorizados e sem garantias (Oliveira, 2020).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2024), "as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho, mas ainda lutam por igualdade de direitos". Ainda de acordo com esse mesmo órgão, o processo de evolução das mulheres no mercado de trabalho requer engajamento da sociedade e a luta por igualdade salarial é um dever de todos.

Segundo boletim oficial do Ministério do Trabalho, entre 2012 e 2024, a modalidade de trabalho doméstico apresentou aumento expressivo, seja com ou sem registro. As mulheres concentram-se em maior número em áreas como educação, saúde, bem-estar e serviços, representando quase 74% dos vínculos. Entretanto, nas áreas conhecidas como STEM (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), a presença feminina representa apenas 26,3% dos cargos ocupados. As áreas de tecnologia e engenharia são as em que há menor participação feminina, sendo estes os setores com os maiores salários (Brasil, 2025).

Para Rodrigues *et al.* (2021), o Brasil carece de políticas públicas com ações voltadas para a promoção da mulher empreendedora, assim como ocorre nos protocolos adotados em países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dessa maneira, seria construída uma estrutura capaz de prestar serviços que ajudem mulheres a atingir seus objetivos, contribuindo efetivamente para a geração de riquezas e igualdade social. Diante das crises e do desemprego que assolam a economia brasileira, a venda direta (VD) surge como alternativa de renda e atendimento às necessidades básicas (Costa, 2016).

As grandes marcas do setor de VD trabalham com discursos sedutores sobre superação de desafios e carreiras brilhantes, além de promessas de crescimento e falas que pregam a autonomia de horário e a construção da própria jornada de trabalho (Xavier; Garcia, 2015). Paixão (2021) acredita que as mulheres enxergam a atividade de venda direta de cosméticos como uma oportunidade de empreender.

Partindo deste contexto, este trabalho pretende buscar e fornecer informações sobre diferentes aspectos que envolvem o trabalho de mulheres atuantes na venda direta de cosméticos na cidade de São José do Rio Preto - SP, com o intuito de responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as causas e os impactos da atuação informal com revenda de cosméticos realizada por mulheres nesse município?

De modo mais específico, este artigo consiste em investigar os motivos que levaram mulheres rio-pretenses a atuarem com revenda de cosméticos, entender como essa atividade

impacta suas vidas, além de analisar as estratégias adotadas pelas marcas para sensibilizar e atrair novas revendedoras. Este trabalho justifica-se por sua relevância social e econômica para os sujeitos e o contexto estudados, e contribuirá para o debate sobre gênero e trabalho, o que permitirá compreender os diversos aspectos envolvidos na atividade de revenda de cosméticos, como condições de trabalho, reconhecimento e conciliação entre trabalho e vida pessoal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho informal no Brasil

Lima (2010) conceituou o trabalho informal como um tipo de trabalho não legalizado, cujos profissionais, em sua maioria, são aqueles que atuam em baixos níveis produtivos, geralmente em família; atividades comerciais ambulantes e outros tipos de subempregos. Para Tiryaki (2008), trata-se de pequenos negócios com acesso limitado a créditos, além de dificuldades de se obter respaldo do sistema legal.

A realidade do trabalho informal brasileiro agravou-se a partir da década de 1990, piorando em qualidade após sofrer pressão por abertura econômica e privatizações, originando o processo de reconfiguração produtiva (Costa, 2010). Atualmente, a falta de conhecimento dos trabalhadores tem se configurado como grande fator agravante da informalidade, pois se sujeitam a uma condição de sobrevivência (Oliveira, 2020).

De acordo com dados do IBGE (2024), em 2022 havia aproximadamente 38 milhões de trabalhadores informais no Brasil, e em 2023 esse valor saltou para aproximadamente 39 milhões de pessoas. No primeiro trimestre de 2025 o número de trabalhadores informais era de 39,2 milhões, o que equivale a 37,9%. O mesmo trimestre de 2024 apresentou uma taxa de informalidade de 38,7%, indicando uma pequena queda em 2025 (IBGE, 2025).

Para Neri e Fontes (2010), a informalidade está associada ao afastamento do Estado no que tange às diferentes formas de interação entre os diferentes membros da sociedade. Os autores ainda apontam outras fragilidades como fatores indutores da informalidade, como burocracia excessiva, impostos e a dificuldade do setor formal de absorver toda a mão de obra disponível, levando boa parte dos trabalhadores a atuar informalmente.

O Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil (Fundo Brasil, 2022) revela que a reforma trabalhista de 2017 contribuiu com o crescimento da informalidade, seja através do aumento de atividades informais, influenciadas pelo baixo dinamismo econômico; pela ascensão do número de pessoas em ocupações precárias em busca de renda, como ocorre no

caso dos trabalhadores de plataformas digitais e vendedores em geral; ou por meio da fragilização de instituições responsáveis pelo cumprimento de direitos trabalhistas, o que oportunizou a ilegalidade nas contratações.

2.2 Trabalho informal feminino e gênero

O início da década de 1960 foi significativamente marcado pelo avanço do engajamento das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, as melhores posições sempre foram predominantemente ocupadas por homens. De modo inversamente proporcional, ao longo da história, sempre foi maior o número de mulheres desempregadas, principalmente ao se considerar mulheres pobres e menos escolarizadas (Guimarães; Brito; Barone, 2016).

Com as reestruturações do sistema capitalista, ocorridas na década 1970, a força de trabalho feminina sofreu grande impacto. Mesmo diante de inúmeras conquistas, as mulheres foram excluídas do mercado de trabalho por um longo período e o sistema capitalista segue incorporando essa mão de obra de forma desigual (Castro; Santos; Santos, 2018).

Os novos métodos de organização da produção ocasionaram a flexibilização das condições de trabalho, conduzindo ao aumento da precarização e da informalização dos empregos (Nascimento, 2016). Cabe ressaltar a piora desse quadro, devido à aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, ambas ocorridas em 2017, enfraquecendo as relações de trabalho e favorecendo a classe empresarial (Lima; Oliveira, 2021).

Com tais mudanças, além do processo de globalização e da reconfiguração produtiva, aumentou entre as mulheres o desemprego, a informalidade, as subcontratações e salários inferiores. O empobrecimento das condições de trabalho atinge diferentemente homens e mulheres, estando as mulheres inseridas em maior número na informalidade e em empregos precarizados (Nascimento, 2016; DIEESE, 2024).

Bogarim e Ribeiro (2024) contextualizaram o trabalho informal feminino para além das percepções sobre gênero e acreditam que a informalidade entre as mulheres tem ligação direta com discriminação racial, discriminação geracional e vulnerabilidade econômica. Para os autores, o etarismo promove grande desvalorização da mão de obra feminina, levando as mais velhas para a informalidade.

As mulheres que optam pelo trabalho informal são aquelas que necessitam de jornadas flexíveis para poderem se dividir entre trabalho, maternidade e responsabilidades domésticas. Além desse perfil, existem aquelas que estão afastadas há muito tempo do mercado de trabalho e encontram dificuldades de recolocação (G1, 2024).

De acordo com Costa, Almeida e Braga (2023), a informalidade feminina sofre influências da imposição de papéis na sociedade, que enxerga como suplementar a presença das mulheres no mercado, e espera que, a qualquer momento, elas larguem seus postos de trabalho para se dedicarem às obrigações domésticas.

Braga e Santos (2024) acreditam que as mulheres ainda sofrem as consequências de um regime patriarcado, com trajetória pelo mercado de trabalho marcada pela desvalorização e desigualdade de gênero. Em relação à desigualdade de gênero, os autores constataram que a maioria dos cargos de liderança é ocupado pelo público masculino, além do que as mulheres enfrentam dificuldades de crescimento profissional em relação aos homens.

Apesar do significativo crescimento da participação das mulheres no mercado, a jornada laboral segue marcada pela dupla jornada, que se caracteriza pela conciliação das obrigações domésticas com o trabalho profissional remunerado, gerando sobrecarga e baixa produtividade (Xavier *et al.*, 2024).

O trabalho informal feminino encontra suporte nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) 5 e 8. O ODS 5 visa combater a vulnerabilidade feminina e garantir melhores direitos trabalhistas, enquanto o ODS 8 aborda a criação de meios para impulsionar a transição para a formalidade, garantindo trabalho digno, remuneração justa e proteção social (UNICEF Brasil, 2024). Compreender as fragilidades que envolvem o trabalho informal feminino, e como elas dialogam com essas iniciativas globais, é fundamental para que haja integração de políticas públicas capazes de equilibrar os desafios impostos pelas desigualdades no mercado de trabalho (Silva, 2025).

2.3 Revenda de cosméticos

Diante do contexto que abarca as transformações ocorridas no mundo do trabalho, emerge a força feminina atuando com revenda de cosméticos, como alternativa de sobrevivência, independência e horários de trabalho flexíveis. Muitas revendedoras desempenham esse trabalho por falta de espaço no mercado de trabalho; outras estão em busca de flexibilidade de horários e autonomia, trazendo uma nova roupagem para a precarização do trabalho (Rodrigues, 2022a; Silva, 2023).

A revenda de cosméticos está associada à perda do trabalho formal, ocultando socialmente as atividades desempenhadas por essas mulheres que contribuem com o faturamento dessas grandes empresas. Esse trabalho vai além de autonomia ou complemento de renda, pois oculta questões de descarte social ao mesmo tempo em que camufla antigos modelos de exploração (Freitas, 2022).

De modo semelhante, Oliveira *et al.* (2024) afirmam que as revendedoras, mesmo estando inseridas na atividade-fim das empresas de cosméticos, seguem com seus esforços imersos na invisibilidade e seus direitos suprimidos. Os autores também realçam a importância de debates acerca das mudanças que têm afetado as atividades produtivas.

Os discursos das empresas de cosméticos são persuasivos, abordando independência, autoestima e valorização das diferenças. Assim, revendedoras são atraídas por um trabalho apresentado como inclusivo, empoderador e flexível. Entretanto, ao entregar sua força de trabalho, a precarização se disfarça de escolha pessoal, em nome do empoderamento, sem perceberem a realidade oculta desse trabalho (Rodrigues, 2022b).

3. METODOLOGIA

Além do levantamento bibliográfico que comumente embasa os trabalhos acadêmicos, utilizou-se como ferramenta de pesquisa o levantamento (ou *survey*), por meio de questionários fechados. A pesquisa *survey* é um método para investigação e compreensão das informações imprescindíveis para a construção do conhecimento científico (Gil, 2002).

Cabe pontuar que o conhecimento científico é aquele oriundo da investigação científica, o qual cumpre seus métodos e se origina nos procedimentos de verificação fundamentados pela metodologia, além de necessitar de comprovação e demonstração, podendo ser enriquecido e aprimorado ao longo do tempo (Pereira *et al.*, 2018).

Os dados foram coletados por meio de um questionário fechado, composto de perguntas sobre motivação para atuar na revenda de cosméticos, atuação como revendedora autônoma, percepções sobre o faturamento com as vendas, além de pontos negativos e positivos relacionados ao trabalho.

No que se refere à abordagem do problema, optou-se pela pesquisa quantitativa que, conforme Gil (2008), estabelece a relação entre o mundo real e o fenômeno investigado. Com esse tipo de pesquisa é possível traduzir dados em números, permitindo o aprofundamento em aspectos objetivos do fenômeno, por meio de métodos estatísticos.

A pesquisa quantitativa desempenha um papel crucial ao permitir a compreensão detalhada da presença e do impacto de características específicas, seja de forma isolada ou em conjunto, fornecendo informações para identificar e desenvolver estratégias eficazes de ação (Mussi *et al.*, 2019). De acordo com Richardson (2011), investigações quantitativas não respondem e tampouco resolvem todos os problemas sociais, mas, se conduzidas com rigor

metodológico, permitem o acesso e a divulgação de informações relevantes sobre indivíduos ou populações.

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa que, de acordo com Severino (2007), busca identificar os fatores causadores de determinados fatos, esclarecendo suas causas. Para tanto, adotou-se a pesquisa de campo como método de trabalho, utilizando um questionário de 15 perguntas, aplicado *online* por meio do Google Forms, para um grupo de 50 mulheres revendedoras de cosméticos de São José do Rio Preto-SP.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O perfil do público estudado

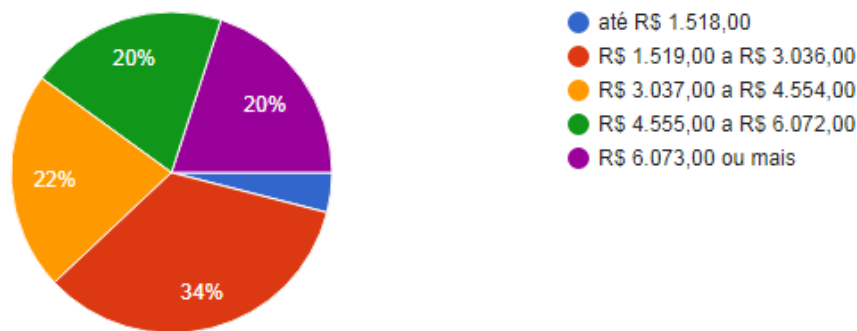
A pesquisa coletou respostas de 50 mulheres revendedoras de cosméticos da cidade de São José do Rio Preto - SP. Os dados analisados evidenciam que grande parte das mulheres se encontram nas faixas etárias de 30 a 39 anos (32%) e 40 a 49 anos (32%), representando juntas mais da metade do total das participantes, ao passo que um número menor declarou ter de 20 a 29 anos (18%) e 50 anos ou mais (18%). A partir dessa análise é possível observar que o trabalho de revenda de cosméticos predomina entre mulheres adultas, com idade economicamente ativa e, usualmente, provedoras do sustento familiar.

No que diz respeito à ocupação principal, 56% (28 respondentes) atuam formalmente (CLT), evidenciando a atividade de revenda como complementação de renda. Também foi identificado que 28% (14 respondentes) são profissionais autônomas, ou seja, a revenda se caracteriza como principal ou única fonte de renda. As demais participantes são aposentadas (8%), servidoras públicas (6%) ou do lar (2%).

A partir dessa diversidade de perfis, observa-se o quão multifacetada pode ser a informalidade, conforme apontado por Lima (2010) e Oliveira (2020), que apontam o trabalho informal como um meio de sobrevivência e versatilidade diante da rigidez do mercado formal. Zullo e Almeida (2024) interpretam a informalidade como algo que não envolve apenas escolha individual, mas, sim, exclusão estrutural.

Conforme ilustra o gráfico 1 sobre a renda familiar, 4% (2 respondentes) ganham até R\$ 1.518,00; 34% (17 respondentes) declararam que seus ganhos variam de R\$ 1.519,00 a R\$ 3.036,00; 22% (11 respondentes) declararam ganhos de R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00; 20% (10 respondentes) possuem renda de R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00 e outros 20% (10 respondentes) informaram ganhos de R\$ 6.073,00 ou mais.

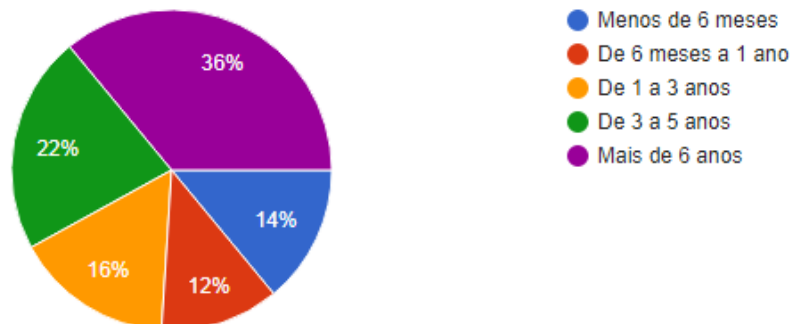
Gráfico 1 - Análise de renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Ao analisar o tempo de atuação apresentado no gráfico 2, verificou-se que mais de 50% (29 respondentes) atua com revenda de cosméticos há mais de três anos, demonstrando que essa prática vem se firmando como uma fonte estável de renda. Esse resultado corrobora com Rodrigues (2022a) e Silva (2023), que observam que as mulheres permanecem nesse tipo de trabalho devido à flexibilidade e autonomia oferecidas, mesmo diante de desigualdades e precariedades.

Gráfico 2 - Análise do tempo de atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.2 Motivações e percepções sobre a atividade

De acordo com os resultados, a renda extra foi a principal motivação para que as participantes iniciassem seus trabalhos na revenda de cosméticos. Entretanto, parte dessas mulheres enxergam essa atividade como fonte principal de sustento, refletindo o contrário do que se esperava com essa pesquisa, ou seja, observa-se uma transição de informalidade eventual para uma forma habitual de trabalho, mesmo que não haja os direitos trabalhistas presentes na formalidade.

A respeito da apuração das motivações, é possível verificar que esses dados dialogam com Paixão (2021), que evidencia o uso do discurso de empreendedorismo feminino utilizado pelas empresas, o qual estimula nas revendedoras uma sensação de autonomia e conquista pessoal. Entretanto, para Silva *et al.* (2024), além da autonomia, há a busca por qualidade de vida e por uma atividade profissional que gere maior satisfação.

Todavia, a precarização ainda se faz presente. As respostas coletadas evidenciaram que 34% das revendedoras (17 respondentes) enfrentam dificuldades com a alta concorrência, 22% (11 respondentes) sofrem com a inadimplência; 20% (10 respondentes) não considera fácil a fidelização de novos clientes, além de uma minoria que enfrenta dificuldades com baixa lucratividade (16%) e tecnologia (8%). Essas dificuldades estão relacionadas com o que Oliveira *et al.* (2024) descreve como trabalho invisível, em que um determinado trabalho essencial é desempenhado no sistema produtivo das empresas, porém, não há reconhecimento formal e tampouco amparo jurídico.

Percebe-se que a revenda de cosméticos ocupa um espaço de ambiguidade, oferecendo autonomia e flexibilidade de horários ao mesmo tempo em que promove a desigualdade de gênero e a precarização do trabalho já abordadas em Rodrigues (2022a) e Silva (2023). Essa sensação de liberdade costuma estar acompanhada de instabilidade e falta de direitos, replicando padrões conhecidos de exploração.

4.3 O relacionamento com as empresas

Por meio do instrumento de pesquisa, foi possível constatar que 24 revendedoras (48%) se sentem satisfeitas com as oportunidades de crescimento oferecidas pelas marcas que representam. Uma parcela razoável, correspondente a 9 mulheres (18%), declarou muita satisfação em relação às oportunidades, e outros 18% se posicionaram de forma indiferente. Há ainda uma minoria de 8 revendedoras, equivalente a 16%, que se posicionou como insatisfeita ou muito insatisfeita.

Em relação ao suporte recebido pelas empresas, houve predominância das respostas bom, ótimo e regular, correspondendo a 60% (30 revendedoras), 14% (7 revendedoras) e 14% (7 revendedoras), respectivamente. Entretanto, uma pequena parcela de 5 mulheres (10%), considerou o suporte como excelente. Esses números sugerem que, apesar da existência de canais de atendimento e capacitação, o trabalho desempenhado ainda é insuficiente em relação ao desenvolvimento das revendedoras.

A análise dos resultados conduz ao que fora anteriormente observado por Xavier e Garcia (2015) sobre as práticas das organizações para com as suas representantes, cujo

objetivo central é introduzir as regras e filosofias da empresa, priorizando temas como desenvolvimento de carreira e técnicas para aumentar as vendas. Ainda segundo os autores, e complementados por Rodrigues (2022b), as empresas conseguem, por meio de discursos cativantes, mobilizar suas consultoras para que atinjam as metas propostas.

A investigação sobre o retorno financeiro revela que mais da metade das participantes sentem que poderia ser melhor quando comparado com seus esforços; esse dado aponta para 27 revendedoras, ou seja, 54% das mulheres. Entretanto, 30% (15 revendedoras) avaliaram que o retorno financeiro é plenamente compatível com o esforço dedicado às vendas. Revendo Xavier e Garcia (2015) é possível obter explicações para esse montante expressivo de 30%, de satisfação, pois as empresas prometem carreiras brilhantes, além de premiações pela boa desenvoltura, o que garante status e a visibilidade que essas profissionais almejam pelo trabalho prestado.

4.4 Perspectivas e continuidade na revenda de cosméticos

Mesmo diante de desafios e limitações, 48% das mulheres demonstraram interesse em dar continuidade ao trabalho de revenda de cosméticos. No entanto, 50% se posicionaram com incerteza em relação à permanência nesse ramo. Sobre recomendar o trabalho de revenda a outras mulheres, 88% das revendedoras se posicionaram indicando que recomendariam atuar nesse ramo, e apenas 12% se expressaram negativamente. Esses dados evidenciam mais que a importância econômica da revenda de cosméticos, provando que, apesar dessa atividade estar imersa em diversos contextos, como informalidade, desigualdade de gênero e precarização do trabalho, também exerce seu papel social como alternativa de contribuição produtiva feminina, principalmente para mulheres que enfrentam dificuldades no mercado de trabalho formal.

Em consonância com o observado por Oliveira *et al.* (2024) e Silva (2025), o exercício dessa atividade busca embasamento em fatores como flexibilidade de horários, possibilidade de equilibrar trabalho e rotinas domésticas e a sensação de atuar como uma mulher empreendedora. Esse contexto solidifica o caráter tenaz e adaptativo da força de trabalho feminina, mesmo diante de condições desiguais.

Não obstante, cabe ressaltar que a revenda de cosméticos não soluciona a desigualdade de gênero, apenas a recontextualiza a partir da ótica do empreendedorismo. O empoderamento oferecido pelas marcas é, em muitos casos, figurativo, já que o controle econômico e a definição das metas seguem sob o comando das empresas. O cenário identificado em São José do Rio Preto - SP confirma a análise de Rodrigues (2022b) e Freitas (2022), revelando que o

trabalho informal feminino na revenda de cosméticos é um fato carregado de complexidade, mesclando autonomia fictícia, precarização e falta de reconhecimento social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou as causas e os impactos da atuação informal de mulheres na revenda de cosméticos em São José do Rio Preto-SP, buscando responder à questão central sobre como essa atividade influencia suas condições de vida e profissional. Os resultados apontaram que a revenda representa, para muitas, uma alternativa de geração de renda e independência financeira, sobretudo diante das barreiras de inserção no mercado formal.

Entretanto, as análises demonstraram que o discurso de autonomia e empoderamento difundido pelas empresas mascara uma realidade de precarização, instabilidade e ausência de garantias trabalhistas. Apesar da flexibilidade de horários e da sensação de liberdade, observou-se a predominância de desigualdades de gênero e a reprodução de relações assimétricas de poder.

O estudo revelou também que, embora a maioria das revendedoras manifestou satisfação moderada e recomende a atividade, o retorno financeiro é limitado, e as oportunidades de crescimento são restritas. Assim, confirma-se que a revenda de cosméticos constitui um espaço ambíguo, no qual coexistem oportunidades de inserção produtiva e protagonismo feminino, juntamente com mecanismos estruturais de exploração e invisibilidade social.

Como contribuição, esta pesquisa amplia o debate sobre o trabalho informal feminino e suas interfaces com o empreendedorismo e o gênero, oferecendo subsídios para políticas públicas que promovam a formalização, a proteção social e o reconhecimento da mulher como integrante da esfera produtiva. Além disso, evidencia lacunas que podem ser exploradas em futuros estudos, como a análise comparativa entre diferentes setores de atuação feminina, o papel das tecnologias digitais nas estratégias de venda e os impactos emocionais e familiares da informalidade sobre as trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BOGARIM, Beatriz Silva; RIBEIRO, Mara Aline. A fotografia de rua como um olhar para o trabalho informal da mulher. **Revista GeoPantanal**, v. 19, n. 36, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/20336>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRAGA, Edilson Santos; SANTOS, Josielly do Nascimento. A percepção da mulher sobre oportunidade e igualdade de gênero no mercado de trabalho em Rondonópolis (MT). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, ano IV, v. 17, n. 50, Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3535>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mulheres no mercado de trabalho: uma evolução constante rumo à igualdade**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-no-mercado-de-trabalho-uma-evolucao-constante-rumo-a-igualdade>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim - Mulheres no mercado de trabalho**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho e a Força de Trabalho Feminina na Sociedade Capitalista. **VI Seminário CETROS**, 22,23 e 24 de agosto de 2018 - UECE, ISSN: 2446-8126. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51197-29062018-084053.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

COSTA, Jessica Leocadio. **Vendas Diretas em um Contexto de Crise Econômica: estudo de caso com vendedores da Romance em São Luís-MA**. 2016. Monografia (Bacharel em Administração) - Graduação em Administração - Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2016. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/824/1/JESSICALEOCADIOCOSTA.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

COSTA, Marcia da Silva. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n. 58, p.171-190, Jan-Abr, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLScCtPjYVF7BHh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2025.

COSTA, Maria Caroline Rodrigues da; ALMEIDA, Ana Cecília de; BRAGA, Cícero Augusto Silveira. Determinantes do trabalho informal das mulheres durante o período de pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 17, n. 4, p. 606-629, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/7_1001ed.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Mulheres no Mercado de Trabalho: desafios e desigualdades constantes. **Boletim Especial 8 de março de 2024 - Dia Internacional da Mulher**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FREITAS, Ana Karoline Andrade de. Informalidade, gênero e relações raciais: uma confrontação ao direito do trabalho a partir das revendedoras de cosméticos. **Laborare**, Ano V, número 8, jan-jun/2022, pp. 164-180. ISSN 2595-847X. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/112>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FUNDO BRASIL. **Mapeamento do trabalho informal no Brasil**. São Paulo, julho de 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/mapeamento-trabalho-informal-corte1-1.pdf>. Acesso em: 06 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ed. São Paulo:Atlas,2008.

G1. De inflexibilidade a jornada dupla: como o mercado empurra a mulher para o trabalho informal. In: **O Assunto**. [s.l]: Globo, 08 mar. 2024. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/03/08/de-inflexibilidade-a-jornada-dupla-como-o-mercado-empurra-a-mulher-para-o-trabalho-informal.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2025.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; BARONE, Leonardo Sangali. Mercantilização no Feminino - A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 31, nº 90, fevereiro/2016. DOI: <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jRGLVMzX5myp7JcHZQvv8mL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **No trimestre encerrado em abril, taxa de desocupação fica estável e emprego com carteira bate recorde**. Agência de notícias, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43503-no-trimestre-encerrado-em-abril-taxa-de-desocupacao-fica-estavel-e-emprego-com-carteira-bate-recorde>. Acesso em: 23 set. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, 2012–2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2023/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2023.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**, v. 12, n. 25, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/17740>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Revista Contemporânea**, v.11, n.3, p.905-932, Set.-Dez. 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1062>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul-dez, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193>. Acesso em: 21 set. 2025.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, vol. Esp, 2016 , pp. 339-346, Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321153853034/321153853034.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NERI, Marcelo; FONTES, Adriana. Informalidade e trabalho no Brasil: Causas, Consequências, e Caminhos de Políticas Públicas. **FGV Social**, Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/ES62Ref_INF_INFORMALIDADE-E-TRABALHO-NO-BRASIL_NeriFontescurto.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

OLIVEIRA, Renata Cerqueira Nabuco; ANDRADE, Tales Almeida; LACERDA, Vinícius Matias Figueiredo de; SILVA, Wilton Sobrinho da. Nos Bastidores do Marketing Multinível e das Vendas de Cosméticos: O Trabalho das Revendedoras à Luz da Legislação Brasileira. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, n. 286, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8758>. Acesso em: 04 set. 2025

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As Mulheres no Âmbito da Precariedade Histórica do Mundo do Trabalho. **Revista Geografia em Atos**, n.18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7961>. Acesso em: 30 maio 2025.

PAIXÃO, Danyelle Alves da. Avon é a nossa cara? Relação entre Empreendedorismo e Empoderamento no Discurso Inspiracional da Marca Avon. In: **XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2021/07/sff-114.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fábio José; SHITSUKA, Ricardo. **Metodologia da Pesquisa Científica**, 1ª ed. Santa Maria-RS: 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

RIBEIRO, Regina Martins; JESUS, Rosilene Soares de. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 42-56, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1366/A%20Inser%C3%A7%C3%A3o%20da%20Mulher%20no%20Mercado%20de%20Trabalho%20no%20Brasil>. Acesso em: 30 maio 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011

RODRIGUES, Ariele Silva Moreira; GASPAR, Luisa Cavalcanti Santiago; RODRIGUES, Danielle Rezende; AFONSO, Herlander Costa Alegre da Gama. Fatores Críticos Relacionados ao Empreendedorismo Feminino. **Espacio Abierto**, v. 30, n. 1, p. 75-96, jan.-mar. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12266352004/12266352004.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. Comunicação, gênero e trabalho informal: a cultura empreendedora como fator de ambiguidade nas organizações. **Organicom**. São Paulo, Brasil, v. 19, n. 38, p. 123–134, 2022a. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.187947. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/187947>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. Trabalho Informal, Gênero E família: Uma Hermenêutica Dos Relatos De Si De Revendedoras De cosméticos. **Intexto**, nº 53, outubro de 2022b, p. 121391, doi:10.19132/1807-8583202253.121391. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/121391>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Daniele da. **Trabalho por conta própria: Mulheres empreendendo na informalidade**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho, p. 86. 2025. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3621>. Acesso em: 04 set. 2025

SILVA, Lidineia da Rocha; SOUSA, Romário Martins de; ESCOBAR, Maria Andrea Rocha; FLORENCIO, Márcio Nannini da Silva. Empreendedorismo feminino e seus desafios e motivações: estudo de um grupo de mulheres empreendedoras da cidade de São Braz no Piauí. In: **VIII COINTER PDVGT**, Teresina, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31692/2596-0857.VIIICOINTERPDVGT.0064>. Disponível em: <https://smart.institutoidv.org/2024/pdvg/uploads/742.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Mayko Lima da. **Entre o empoderamento e a precariedade: o empreendedorismo feminino no setor de vendas diretas de cosméticos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, p. 137, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28026>. Acesso em: 13 abr. 2025.

TIRYAKI, Gisele Ferreira. A informalidade e as Flutuações na Atividade Econômica. **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ee/article/view/35942>. Acesso em: 05 jun. 2025.

UNICEF Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. UNICEF Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 04 set. 2025.

XAVIER, Elenice Vânia; GARCIA, Fernando Coutinho. Práticas Sedutoras de Gestão: o discurso das consultoras de beleza. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 6, n. 2, p. 7-31, Aquidabã, 2015. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/view/SPC2179-684X.2015.002.0001/612>. Acesso em: 30 maio 2025.

XAVIER, Williani dos Santos; OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de; SOUSA, Francisca Maria de; COSTA, Vanessa Reis; MENEZES, Karinne Wendy Santos de; SILVA, Ivamauro Ailton de Sousa. As desigualdades de gênero na jornada de trabalho das mulheres no nordeste do Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 13, p. 01-16, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/108+CUADERNOS+n13.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

ZULLO, Gustavo; ALMEIDA, Pedro. Raça, emprego informal e informalização: Uma perspectiva histórica do trabalho no Brasil contemporâneo. **CEBRAP**, São Paulo, v. 43, n. 02, p.205-229, mai.-ago. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202400020003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/GQzdJLrGdDh7BdXSsvGbz7t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.